

Apresentação

O volume 10, número 1, de *Patrimônio e Memória* discute em seu dossiê aspectos do patrimônio edificado, cujo sentido memorial agrega valores e constrói referências aos integrantes das comunidades com as quais se relacionam ou representam no decurso das experiências de homens e mulheres, que se manifestam em tempos e espacialidades distintas. Os textos arrolados no dossiê trazem análises desse processo de construção de identidades coletivas na Argentina, na organização do Museo Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo, na década de 30 do século passado, e no Brasil, que se estende dos templos religiosos da cidade de Goiás que funcionaram nos séculos XVIII, XIX e parte do XX como símbolos de identidade coletiva, à “Casa de Prudente de Moraes”, em Piracicaba/SP que se projeta como um semióforo que se propõe enquanto signo do passado (de homem ilustre), ligar-se ao futuro, sinalizando às novas gerações os ensinamentos de suas experiências de vida; e as Bibliotecas, pensadas como lugares de memória e de guarda do patrimônio cultural de dada comunidade, com foco na experiência do Rio Grande do Sul.

Explorar o conteúdo desses textos, mesmo que brevemente, é de suma importância por trazer as especificidades de suas análises em relação aos temas de suas reflexões. O primeiro artigo que trata do processo de organização do Museo Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo traz para o leitor os meandros da intervenção dos historiadores na sua organização, no final da década de 1930, sob o comando de Ricardo Levene — maior referência historiográfica da Argentina, diz a autora —, que dirigiu a Comissão Nacional de Museus e Monumentos Históricos, instituída em 1938, em um “momento em que a historiografia e a museografia consolidavam-se, modeladas por práticas desenvolvidas por um mesmo núcleo de historiadores”.

Já a discussão sobre a experiência brasileira, os textos refletem sobre os bens culturais, em localidades distintas do país como Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em Goiás, a reflexão enfoca aspectos do patrimônio religioso, como os templos religiosos católicos, estes analisados com a preocupação de detectar a sua importância cultural por serem considerados símbolos da civilização e de diferenciação das elites locais. Essas edificações visavam garantir alinhamentos aos valores do mundo civilizado, discussão feita com base na “análise das dificuldades da conclusão da Igreja Matriz de Santana e do impacto do incêndio da Igreja da Boa Morte, ocorrido em 1921”.

Além dos templos, tem-se a Casa de Prudente de Moraes, bem cultural cuja reflexão voltou-se para os conteúdos e valores históricos mobilizados no seu processo de patrimonialização pelo Estado de São Paulo, remetendo ao passado que se buscou proteger no tombamento, assim como às intervenções posteriores sofridas pelo bem, as quais ficaram documentadas nos processos de restauro que não foram capazes de capturar a

função originária, em consonância com o título desse memorial. Essa situação certamente interfere nos conteúdos históricos que hoje são veiculados no local, os quais não conseguem demarcar com a devida clareza, para os visitantes, a natureza e o perfil do próprio bem cultural preservado, dimensão essa trazida no referido texto.

O último artigo desse dossiê tem como proposta compreender de que maneira as bibliotecas podem contribuir com o processo de preservação do patrimônio cultural e de que forma estas instituições se relacionam com a memória das comunidades nas quais estão inseridas. No âmbito dessa discussão, o artigo traz a trajetória histórica de criação das principais instituições de leitura no Rio Grande do Sul, no século XIX, iniciada com o Gabinete de Leitura (1848), posteriormente chamado de Biblioteca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande, a mais antiga instituição do Estado e seu papel no processo de formação cultural, social e identitária da comunidade local. Nesse sentido, é possível “identificar elementos que a configurem como lugar de memória para a sociedade a que pertence” bem como o reconhecimento dessa comunidade de sua contribuição para a construção de uma sociedade civil. Ele se materializa na defesa desse patrimônio como um bem que propicia a própria identidade local de seus habitantes.

O segundo bloco de textos que estão contidos na seção Artigos, aborda temas variados e tem como suporte documental a imprensa – de Portugal do século XIX e do Brasil dos séculos XIX e XX – que desvela a trajetória de protagonistas do mundo intelectual e jornalístico que, inseridos em situações peculiares de seu tempo, investem na defesa de causas que expressam a diversidade de posições e disputas políticas, de diferenciados níveis, em torno de projetos antagônicos. Essas causas vão da defesa da liberdade de expressão em Portugal dos oitocentos, a temas que exigem alinhamentos políticos de intelectuais também no Brasil, que se empenham em construir esfera pública para angariar adeptos almejando à conquista de suas causas. Em ambos os casos, as suas intervenções na imprensa, na criação de agremiações ou em obra ficcional são estratégias que visam à consecução de seus objetivos, seja a liberdade de expressão seja a busca de identidade, sob determinada perspectiva, para o país, valendo-se de concepções nacionalistas exacerbadas com o apoio de teorias científicas xenóforas.

Além dos assuntos já assinalados, há também reflexões trazidas por autores que transitam pelo colecionismo fotográfico do século XIX e a relevância da Família Imperial Brasileira como colecionadora e agente de difusão da fotografia. Essas práticas demarcam as características do colecionismo de fotografias por parte da elite oitocentista no Brasil; as representações sobre as enfermeiras na imprensa ilustrada brasileira, dos primeiros anos da República e, as estratégias de Clarice Lispector em sua escritura que constrói jogos ficcionais para elaboração de sua trama analítica, objetivando escapar das críticas à sua estética introspectiva e ao seu distanciamento em relação aos temas sociais.

Arrematam este número, a resenha e a capa da revista. A primeira discute questões relativas ao feminismo, centradas na ação de sete mulheres feministas atuantes nos anos de 1960, apreendida por intelectual (e também protagonista) em livro que analisa as narrativas autobiográficas dessas mulheres, sob a ótica de teóricos como Foucault, Deleuze e Guatarri. Diz o autor da resenha, que, nesse trajeto analítico, a historiadora captura, dessas mulheres, dimensões da memória de si e as subjetividades que perpassam aqueles relatos e experiências traumáticas de algumas dessas protagonistas, em seus percursos peculiares. Já a capa, volta ao mote do dossiê e apresenta ângulos do patrimônio edificado de “Cidade de Goiás”, expresso na imagem da Igreja da Boa Morte que, embora destruída pelo fogo, desafia o tempo com suas projeções e significados que requerem sempre novas leituras na captura de seus elementos fundantes, mesmo que sua “materialidade” faça parte de outros registros, inscritos no tempo memorial.

Vale conferir, caro leitor!

Assis, 9 de junho de 2014.

Zélia Lopes da Silva – Editor